

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira

Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>

CAPÍTULO 6..... 65

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

CAPÍTULO 5

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Data de aceite: 10/01/2022

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Psicóloga, mestre em Desenvolvimento Regional (UFT), doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura (UnB)

Temis Gomes Parente

Historiadora, mestre e doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (UFT)

Algumas ideias deste capítulo foram publicadas nos anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero.

RESUMO: Essa pesquisa teve como objetivo analisar as relações de gênero e empoderamento das mulheres do Acampamento Ilha Verde, na zona rural do município de Babaçulândia-TO. Foram entrevistadas 7 mulheres da comunidade utilizando-se a metodologia da História Oral. Adotou-se as três dimensões do empoderamento (pessoal, interpessoal e coletivo) propostas por Zapata-Martelo et. al. (2008). As narrativas demonstram que as mulheres viviam diversos fatores inibidores do empoderamento, como a falta de controle sobre o seu tempo pessoal, dependência do companheiro, opressão internalizada, falta de apoio das autoridades, falta de apoio técnico e capacitação. Observou-se que o apoio governamental não provocou transformações nas relações de gênero das mulheres entrevistadas. Para superar a pobreza

e a desigualdade de gênero, as políticas públicas precisam ir além do provimento de recursos materiais, trabalhando questões subjetivas como a autoestima, a autonomia e a participação feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Empoderamento; Inclusão social.

PATHS AND MISPATHS OF RURAL WOMEN: DISCUSSING GENDER AND EMPOWERMENT ISSUES

ABSTRACT: This research aimed to analyze the gender relations and empowerment of women from Acampamento Ilha Verde, in the rural area of the city of Babaçulândia, in the state of Tocantins, Brazil. The interviews occurred with seven women from the community, using the Oral History methodology. It adopted the three dimensions of empowerment (personal, interpersonal and collective) proposed by Zapata-Martelo et. al. (2008). The narratives show that women lived several inhibiting empowerment factors, such as lack of control over their personal time, dependence on the partner, internalized oppression, lack of support from the authorities, lack of technical support and training. The observations point out that government support did not lead to changes in the gender relations of the women interviewed. To overcome poverty and gender inequality, public policies need to go beyond the provision of material resources, working on subjective issues such as self-esteem, autonomy and female participation.

KEYWORDS: Gender; Empowerment; Social inclusion.

A conquista de direitos sociais pela mulher tem sido considerada um dos fenômenos mais marcantes do século XX. Após décadas de luta por meio do movimento feminista, atualmente se discute o termo mulheres, no plural, considerando diversos atravessamentos, como a etnia, a classe social e as questões geográficas e sociais, uma vez que a construção do sujeito feminino é diferente em cada cultura (Jesus & Sacramento, 2014). Essa pesquisa busca colocar as mulheres do Acampamento Ilha Verde no centro do debate, o que implica na discussão de todos os aspectos que influenciam em seu cotidiano, sobretudo as relações de poder. Em outras palavras, discutir as relações de gênero, as diferenças percebidas entre os sexos e como isso se constitui em um modo de dar significado às relações de poder (Scott, 1990).

A busca pela superação da pobreza por estas mulheres passa pelo debate sobre o empoderamento, que é a luta contra a subordinação feminina e a busca por transformações nas relações de gênero (Zapata-Martelo et. al., 2004). Em um estudo realizado no México com mulheres rurais, Zapata-Martelo et. al. (2008) identificou o empoderamento em três dimensões (pessoal, interpessoal e coletivo) e fatores inibidores e impulsionadores em cada uma dessas dimensões. Segundo estes autores, o empoderamento na dimensão pessoal está relacionado com o desenvolvimento de habilidades, aumento da confiança em si mesma e da autoestima, e com a maior capacidade de organizar o tempo pessoal, obter e controlar recursos. Na dimensão interpessoal, o empoderamento se manifesta na comunicação e na capacidade de negociação das mulheres com seus companheiros, filhos e outros. Na dimensão coletiva, o empoderamento está ligado ao trabalho realizado por mulheres que se organizam em grupo e a busca por maior impacto mediante a ação coletiva.

No Brasil, o principal apoio a mulheres em vulnerabilidade social é o Programa Bolsa Família, que concede um auxílio financeiro a elas e suas famílias e que deveria estar ligado a serviços de acompanhamento das mesmas no território. Alguns estudos são divergentes quanto às questões de gênero e o Bolsa Família. Para alguns autores, o Bolsa Família não conseguiu alterar as relações de gênero devido ao pouco ou nenhum empoderamento¹ e autonomia das mulheres beneficiárias (Mocelin, 2011; Barros, 2012; Rios, 2011; Silva, 2012; Sousa, 2013). Para outros, o Programa trouxe algumas mudanças nas relações de gênero (Freitas, 2011; Nadu, Simão, Fonseca, 2013), pois somente as beneficiárias de domicílios com renda ligeiramente superior conseguiram mudanças (Morton, 2013).

A luz desse referencial teórico, buscou-se entender: quais os fatores inibidores ou facilitadores do empoderamento está presente no cotidiano das mulheres do Acampamento Ilha Verde? Analisou-se o cotidiano delas a partir dos estudos de gênero e empoderamento. No entanto, para compreender estas mulheres, é necessário considerar diversos aspectos

¹ O empoderamento é o processo em que as mulheres estão lutando contra a desigualdade nas relações de gênero a subordinação, chegando ao poder e buscando alcançar transformações nessas relações (ZAPATA-MARTELO et. al., 2004) e tomar decisões ativamente.

geográficos e sociais que atravessam suas trajetórias de vida, motivo pelo qual o Acampamento Ilha Verde será situado a seguir.

ENTRE SONHOS E LUTAS: A HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO ILHA VERDE

O Acampamento Ilha Verde situava-se no município de Babaçulândia-TO, a 446 quilômetros da capital Palmas, no estado do Tocantins. O acampamento surgiu em 2013 por iniciativa de famílias que foram atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE-Estreito) (vide localização na figura 1) e que não foram indenizadas pelo CESTE (Consórcio Estreito Energia), responsável pelo empreendimento (Parente, 2019).



Figura 1 – Localização da Usina Hidrelétrica de Estreito

Fonte: site da UHE-Estreito

Em 2015, o acampamento contava com 37 famílias, organizadas em pequenos lotes de terra, ligadas ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)². A escolha da área do acampamento ocorreu em função da fertilidade das terras e da proximidade com Babaçulândia-TO, local onde os impactados moravam anteriormente. As casas eram feitas de madeira e cobertas de palha (vide figura 2), no local onde a comunidade desejava a posse da terra (Cecchin & Parente, 2018). As condições básicas de infraestrutura eram precárias e as moradias precisavam ser provisórias, dado que se tratava de um acampamento, agrupamento caracterizado pela ausência de posse da terra (Figueiredo e Pinto, 2014). Em cada família, as mulheres eram responsáveis pelo cultivo de hortaliças, criação de pequenos animais e preparo destes produtos para venda na feira livre de Babaçulândia.



Figura 2 – Foto de uma casa no Acampamento Ilha Verde

Fonte: elaborado pelas autoras (2015).

No entanto, em fevereiro de 2019, a justiça do Tocantins, proferiu uma decisão favorecendo o CESTE e autorizando a reintegração de posse, permitindo a polícia militar destruir as moradias, as hortas e remover pessoas e seus pertences. O grupo recorreu dessa liminar que foi suspensa e daí iniciaram uma campanha para a divulgação do que era o Reassentamento junto a classe política, na comunidade e na academia junto aos professores/pesquisadores. Mas no dia 10 de setembro de 2019, concretiza a reintegração, os sentimentos das famílias é que com essa ação elas se sentem “expulsas duas vezes”

² O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado em 1988 a partir da unificação das demandas de pequenos agricultores que, em diferentes partes do país, perdiam suas propriedades ou parte destas devido ao projeto de expansão assumido pelo setor elétrico brasileiro (FRAGA, 2013).

conforme aponta a fala de Shirlene para o Jornal Brasil de Fato. Ela também era militante do MAB e foi uma das fundadoras do acampamento:

“O sentimento é de “muita tristeza”. Já está com duas vezes que eles fazem assim. A primeira vez tirou nossa casa, não deu nada. E agora, de novo. A gente está tentando procurar nossos direitos, para eles reconhecerem a gente e deixar com um pedaço de terra para trabalhar e tirar nosso sustento, para poder colocar comida na mesa. E eles querem tirar a gente de lá sem nada, como se nós fôssemos animais ou criminosos” (Nogueira, 2019).

Depois dessa reintegração todas as famílias que antes moravam no Ilha Verde tiveram que procurar outros lugares para recomeçar suas vidas. Localizamos algumas dessas famílias e todas elas de uma forma ou de outra permanecem lutando para continuar com a lida na roça. Algumas conseguiram comprar “linhas de terra”; outras arrendaram junto com as famílias uma terra; outras estão morando de agregadas com suas famílias.

A HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO

Utilizou-se como método a História Oral, que privilegia as pessoas como fontes orais uma vez que viveram a história, utilizando entrevistas para produzir pesquisa (Portelli, 1996). Foram entrevistadas 7 mulheres, sendo uma delas a líder do acampamento. O roteiro de perguntas foi organizado em perguntas abertas e não diretivas, elaboradas de modo a não induzir uma resposta (Thompson, 2002). Este roteiro foi reformulado no decorrer das entrevistas, ajustando-se as informações fornecidas pelas beneficiárias e sua compreensão das perguntas, de acordo com o que indica Alberti (2005).

As mulheres entrevistadas tinham entre 24 a 48 anos, de 2 a 8 filhos, grau de escolaridade variando entre o 5º ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio completo. As entrevistas foram realizadas na casa destas mulheres, individualmente, duraram em média quarenta minutos, e foram realizadas pelas pesquisadoras responsáveis por este estudo. Os relatos foram gravados e depois transcritos, de modo a se tornar um texto. Estes foram interpretados à luz das três dimensões do empoderamento propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008): pessoal, interpessoal e coletivo. Em cada dimensão do empoderamento, há fatores inibidores e fatores impulsionadores da mudança, que foram observados nas narrativas e serão explicitados a seguir. As entrevistas aqui mencionadas foram realizadas em junho de 2015, no entanto, a comunidade permaneceu em acompanhamento pela equipe de pesquisa ao longo dos últimos anos.

ENTRE A RESISTÊNCIA E OS SONHOS: FACES DO (DES)EMPODERAMENTO PESSOAL

Na dimensão pessoal, foram identificados todos os fatores inibidores propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008). As mulheres não conseguiram desenvolver novas habilidades,

ter maior capacidade para controlar circunstâncias pessoais e tomar decisões próprias. A sobrecarga com os trabalhos domésticos impede estas mulheres de continuarem seus estudos. A única atividade realizada fora de casa (a venda de produtos na feira) está ligada a subsistência da família. A renda proveniente da comercialização destes produtos e do Programa Bolsa Família é baixa, conseguindo manter apenas os gastos com alimentação e vestuário, impedindo essas mulheres de investirem em si. As entrevistas a seguir retratam este cenário.

Quanto a escolaridade, Aparecida relata que estudou até o quinto ano do ensino fundamental e não consegue voltar a estudar devido ter de se dedicar as atividades de subsistência e o cuidado com os filhos, o que faz com que ela não tenha tempo nem paciência:

Não dou conta, porque o meu sentido não dá mais pra... Dá conta de aprender essas coisas não, só do serviço. E aí já chega o filho, já chega os netos. Essas coisas aí acaba o juízo, aí é só pro serviço.

Alcione relata a mesma dificuldade, e além da questão das obrigações domésticas, inclui também a dificuldade de transporte do Acampamento até a escola na cidade, no período noturno:

Até que pra aprender eu queria sim. E também se tivesse um carro pra levar a gente a noite e trazer, eu até eu já tinha combinado isso com as meninas aqui, pra gente ir continuar estudando que é muito bom. Mas aí o horário de estudar é de dia, aí é quando os meus filhos vai eu já não posso ir junto porque eu tenho que fazer as coisas aqui na roça, aí não fui estudar mais.

Em outro trecho da entrevista, Alcione relata que tem muita dificuldade em realizar operações bancárias por conta de sua dificuldade em fazer cálculos. A baixa escolaridade limita a participação das mulheres nos grupos e como candidatas a cargos de liderança, além disso, elas sentem vergonha em reconhecer que não sabem e que precisam pedir ajuda (Zapata-Martelo et. al., 2008). Isso faz com que elas tenham dificuldades com determinadas atividades e evitem ocupar determinados cargos, por vergonha ou medo. Este fator inibidor também está diretamente relacionado com a opressão internalizada, pois o fato do trabalho doméstico não ser compartilhado entre os membros da família limita o desenvolvimento das potencialidades femininas (Zapata-Martelo et. al., 2008), como alcançar maiores níveis de escolaridade.

O machismo e o sistema patriarcal é um fator inibidor que aparece nas 3 (três) dimensões do empoderamento. Em algumas famílias, são as mulheres que sustentam a casa, mas elas evitam dizer isso claramente, talvez porque “nos papéis de gênero é o homem quem sustenta a casa” (Parente, 2012, p.281). Em uma das entrevistas, Euglene não consegue dizer “eu faço” embora pareça ser a única pessoa adulta que trabalha na casa. Talvez isso se dê por conta das questões de gênero, pois Euglene queria evitar dizer que o marido não contribui.

Aqui é eu. Eu e os vizinho que me ajuda. Quando a gente pode arrumar um dinheirinho, a gente paga a diária de um, o serviço que não dá conta de fazer, né?! A gente paga a diária de um. (...) Por exemplo, roçar, capinar que é muito pesado, tem que pagar a diária, porque isso aí a gente, mulher não dá conta, muito pesado. (...) Não. A renda nós tira daqui mesmo. (...) Daqui, ele tem o salário dele pra lá, pra cobrir as ... Aqui é as nossas feira, que nós faiz, trabalha, galinha que a gente cria, mata. (...) A gente eu, é que a gente fala assim..., né?! Mas EU trabalho. Eu crio galinha, nós mexe com galinha caipira, galinha... É porque eu já acostumei aqui do... (risos). É. Aí, galinha melhorada, galinha caipira, ovos e a horta.

Em uma parte da narrativa Euglene diz 'nós', depois utiliza o termo 'eu', e posteriormente se refere a 'nós' novamente. Há uma hesitação em utilizar a primeira pessoa do singular (eu). Portelli (1996) explica que narrar também é interpretar, porque ao contar os fatos, "as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade" (p.2) e por isso a narração está imbuída de subjetividade e o argumento, não só o fato, está presente no discurso. É isso que dá para perceber na narrativa acima, no momento que fala 'nós', trazendo o discurso coletivo de que no Acampamento todas as famílias tiram seu sustento de lá, a partir da agricultura e da comercialização dos produtos na feira.

Em uma pesquisa com mulheres que receberam microcrédito no México, houve um aumento da autoestima, maior respeito pelos membros da família, maior poder de decisão dentro do grupo doméstico, redução da violência contra a mulher, maior conhecimento de seus direitos e maior desejo de participar de questões públicas (Horta et al., 2015). Os autores mostram que existe uma relação das mulheres com o dinheiro, pois o êxito econômico influi em seu valor social e seu bem-estar. No Acampamento Ilha Verde essas questões não foram observadas, uma vez que, a renda familiar consegue garantir apenas o sustento da casa.

Não foram identificados fatores impulsionadores do empoderamento pessoal propostos por Zapata-Martelo et. al. (2008), uma vez que as mulheres do Ilha Verde não estavam conseguindo poupar e investir, romper o isolamento e ampliar as amizades, ou mesmo participar do acompanhamento familiar ou de reuniões oferecidas pela equipe de Assistência Social na zona urbana.

PAPÉIS SOCIAIS E PODER: AS MÚLTIPLAS FACES DO (DES)EMPODERAMENTO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Na dimensão das relações interpessoais o empoderamento se manifesta no desenvolvimento da comunicação, sobretudo com o aumento da capacidade de negociar, sobretudo com esposos e familiares, e com pessoas próximas, de modo a transformar as relações e permitir as mulheres decisões sobre as questões que lhes afetam (Zapata-Martelo et. al., 2008). De modo que elas consigam redistribuir o trabalho doméstico entre os

membros da família, ter um maior manejo da renda e conseguir consentimento do marido para participar de reuniões, eventos e viagens. No estudo das autoras, algumas mulheres alcançaram muitas mudanças na dimensão pessoal, e poucas no âmbito das relações interpessoais e na dimensão coletiva, uma vez que cada dimensão do empoderamento pode acontecer em ritmos diferentes (Zapata-Martelo et. al., 2008).

No Acampamento Ilha Verde identificou-se diversos fatores inibidores do empoderamento nas relações interpessoais, uma vez que as mulheres não têm conseguido negociar as responsabilidades dentro do grupo doméstico. A opressão internalizada faz com que elas tivessem dificuldade de perceber a sobrecarga de tarefas ao longo do dia, e, conseqüentemente, não dividindo as responsabilidades com os demais membros da família, sobretudo com os esposos, como pode ser observado nas entrevistas a seguir.

Ao aceitar os papéis do homem e da mulher, as mulheres continuam desejando que as filhas aprendam as responsabilidades da casa ou dando a elas essa responsabilidade (Zapata-Martelo et. al., 2008). Isso fica demonstrado no relato de Aparecida:

Mas eu tenho oito filhos. Cuido desse oito filhos, criei, trabalhando como eu disse (...). Aí eu tenho essa daqui [se referindo a uma das filhas]. Essa daqui eu deixei ela aqui, quando eu chego está aqui mais eu. Ela me ajuda muito. Ela arruma a casa, ela molha a horta, ajuda, acho bom, ela lava as roupas.

E também no relato de Jucilene:

Minha filha. Sempre aliás os meus filhos porque tem uma que está aqui comigo, tem outra, essa daqui também é minha aí sempre elas me ajudam, vai ajudando. Tem os pequeninos também que a mais velha toma de conta.

Nos dois casos, como se tratam de famílias mais numerosas, as mães saem para pescar, para aumentar a renda familiar com a venda dos peixes, e as filhas mais velhas ficam cuidando da casa e dos irmãos mais novos. A opressão internalizada perpetua as questões de gênero, pois essas meninas vão aprendendo e assumindo, desde muito jovem, os papéis culturalmente tidos como femininos. E os meninos vão aprendendo que o cuidado com a casa e com as crianças é responsabilidade da mulher.

Nessa comunidade os filhos se constituem em uma rede³ de cooperação, principalmente para os trabalhos ditos femininos, como preparar e embalar os produtos para serem comercializados na feira. No caso de Aparecida, os filhos fazem o serviço da casa. Isso facilita que Aparecida se dedique a pescaria e que sua renda familiar seja maior. Barros (2012) e Morton (2013) chamam a atenção para o fato de quanto as redes e os vínculos de parentesco se constituem em uma estratégia de sobrevivência diária e manutenção do cotidiano familiar, apresentando traços culturais que devem ser observados.

A falta de apoio dos homens é um fator inibidor do empoderamento feminino, não só nas questões domésticas, mas nas atividades econômicas. No Acampamento Ilha Verde

3 Por rede se entende "a extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras" (BOTT, 1976, p.76).

muitos deles não participam da produção de hortaliças para a comercialização na feira. Isso faz com que muitas mulheres tenham que pagar ‘diária’ para outros homens realizarem os serviços que exigem maior força física e que elas não conseguem executar, diminuindo o ganho obtido com a venda dos produtos. Aparecida relata que ‘paga diária’ para o cuidado da horta.

É, eu compro roupa pros meninos, eu compro remédio, muitas vezes eu compro umas coisas fiado sabe, aí quando chega aquela data daquele dinheirinho ali, eu já tiro e pago aquela conta, pago dia de serviço pra ajudar na horta, tira do Bolsa Família, tira da hora, já pago diária pra me ajudar.

Euglene também relata essa situação:

Aqui é eu. Eu e os vizinho que me ajuda. Quando a gente pode arrumar um dinheirinho, a gente paga a diária de um, o serviço que não dá conta de fazer, né?! A gente paga a diária de um. (...) Por exemplo, roçar, capinar que é muito pesado, tem que pagar a diária, porque isso aí a gente, mulher não dá conta, muito pesado.

Euglene conta que seu companheiro passa os dias úteis em outro município trabalhando e está no Acampamento somente no final de semana. As atividades relacionadas com a horta ficam sob a responsabilidade dela, que terceiriza o trabalho que não consegue fazer. No acampamento esta situação é comum, pois os homens se dedicam a pesca e a produção de farinha, uma vez que esta última é fabricada de modo rudimentar e exige força física. Para Zapata-Martelo et. al. (2008) a falta de apoio e solidariedade por parte dos companheiros minimiza o desenvolvimento das capacidades e inibe o processo de empoderamento das mulheres. Isto dificulta a participação das mulheres em grupos e atividades coletivas.

Não se identificou nenhum dos fatores impulsionadores do empoderamento na dimensão das relações interpessoais explanados por Zapata-Martelo et. al. (2008). As mulheres do Acampamento Ilha Verde não têm apoio do companheiro, não conseguem compartilhar problemas com suas companheiras, não desenvolveram a comunicação por meio de um diálogo com os companheiros ou como ponto de construção de identidades coletivas. Além disso, elas não conseguem desconstruir os papéis tradicionais de gênero com os filhos, fomentando novas masculinidades. Elas não participam e não se organizam em grupos, não contam com oficinas sobre direitos da mulher e sobre gênero e sofrem com o isolamento de sua comunidade e do grupo como um todo, uma vez que trabalham isoladas umas das outras.

AUTONOMIA E TRABALHO EM GRUPO: IMPASSES DO (DES)EMPODERAMENTO COLETIVO

Esta dimensão está relacionada ao trabalho realizado por pessoas pertencentes a um grupo para alcançar um maior impacto por meio de ações coletivas. Devido a isso,

alguns fatores inibidores e impulsionadores são similares aos descritos nas dimensões anteriores, com a particularidade de que, se manifestam no grupo ou dizem respeito a uma coletividade (Zapata-Martelo et. al., 2008). No Acampamento Ilha Verde as famílias estavam organizadas na luta pela posse da terra, se identificando como parte do MAB. Apesar das mulheres venderem produtos na feira, elas não conseguiram se organizar enquanto grupo, no sentido de ter uma associação ou um plano de negócio. Diversos fatores inibidores do empoderamento coletivo foram identificados nas mulheres do Ilha Verde, tais como: falta de apoio das autoridades, falta de apoio técnico e capacitação administrativa, manejo inadequado dos recursos, dependência financeira e de pessoas chave, machismo e sistema patriarcal, opressão internalizada. As entrevistas a seguir demonstram essas questões.

Entre os principais fatores inibidores do empoderamento coletivo, cita-se a falta de apoio das autoridades nas diferentes esferas de governo. Tanto para fornecer serviços e infraestrutura básica, (como água encanada, energia elétrica, transporte para que as mulheres possam estudar), como na regularização da terra ocupada pela comunidade, na busca ativa do Programa Bolsa Família e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Essa questão apareceu com frequência na narrativa das mulheres, e pode ser ilustrada na fala de Alcione:

Até que pra aprender eu queria sim. E também se tivesse um carro pra levar a gente a noite e trazer, eu até eu já tinha combinado isso com as meninas aqui, pra gente ir continuar estudando que é muito bom. Mas aí o horário de estudar é de dia, aí é quando os meus filhos vai eu já não posso ir junto porque eu tenho que fazer as coisas aqui na roça, aí não fui estudar mais.

Percebe-se que houve uma tentativa de organização coletiva, de um grupo de mulheres, que se interessava em voltar a estudar. Mas a iniciativa não se concretizou por falta de transporte. No relato de Jucilene a questão da necessidade de reconhecimento legalidade da terra fica explícita:

A maior dificuldade pra mim sempre é assim, a gente está aqui, né? O que nós estamos tentando fazer é conseguir o pedaço da terra pra gente mesmo, né? Porque sendo da gente tem como a gente seguir pra frente, plantar tudo que quer, que através da pesca tem a terrinha pra plantar, né, cultivar ela.

O apoio das autoridades, sobretudo governamental, é indispensável para questões coletivas, uma vez que estas podem fornecer um suporte adequado a sociedade civil organizada, como espaço físico para a realização das reuniões, materiais diversos, transporte, entre outros. As mulheres do Acampamento Ilha Verde não contam com esses benefícios.

O reconhecimento legal, segundo as autoras, é outro fator que impulsiona o empoderamento coletivo, porque otimiza os esforços e viabiliza os negócios. As mulheres do Acampamento Ilha Verde não tinham a posse da terra, portanto, não tinham

o reconhecimento legal, o que as impedia de construir moradias definitivas, e solicitar financiamentos junto às instituições financeiras. A contribuição do poder público municipal poderia ser interrompida a qualquer momento. A narrativa de Valderice demonstra que se trata de uma negociação pessoal e sem compromisso público:

E o prefeito, ele me chamou um dia e disse: Valderice, o meu sonho, eu queria era resgatar a feira de Babaçulândia. Porque antes tinha, aí acabou. Em dois mandatos⁴, acabou (...). E ele queria voltar isso aí, na feira. Quando eu vi eles plantando, aí eu reuni eles e dei a ideia. Gente vamo voltar a feira? Aí todo mundo concordou, né?! As famílias daqui concordaram. Bom. Aí foi umas quatro pessoas primeiro dia. Vendeu bem. Aí foi... Hoje tá quase 10 pessoas já. (...) Ele dá o transporte. Ele manda o transporte buscar os feirantes, trazer de volta. Quando a gente precisa de um caminhão para buscar adubo, ele dá o caminhão. É... quando eu preciso, para buscar pra minhas galinha, coisa em Araguaína, ele dá o transporte.

Essa questão também é relatada por Aparecida:

O prefeito diz que não quer que acabe com a venda, com a feirinha lá da cidade porque não estava tendo. Aí nós estamos com esse negócio aqui, trabalhando aqui pra sempre ter, sabe? Agora o pessoal está me cobrando pra mim levar no domingo, mas não sei se dou conta de levar no domingo, porque nós já leva dois dias, na sexta e no sábado.

As narrativas demonstram que apoio do poder público municipal era insuficiente para dar conta de todas as demandas da comunidade do Acampamento Ilha Verde, e existia insegurança quanto a continuidade dos serviços prestados. Soma-se a isso a falta de participação das mulheres em espaços de tomada de decisões. Nos relatos, não foi registrado a participação de nenhuma delas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e nem em nenhuma outra instância de controle social de políticas públicas ou associação em Babaçulândia-TO.

Não se registrou nas falas a tentativa de uma maior participação política ou o início de redes de cooperação, que seriam fatores impulsionadores do empoderamento coletivo segundo Zapata-Martelo et. al. (2008). Para que o processo de empoderamento seja compreendido em sua complexidade, é preciso percebê-lo como uma conquista coletiva, porque se a questão é vista de forma individual, as mulheres empoderadas são transformadas em álibi: se as demais não conseguiram, é porque são incapazes (Saffioti, 2009). Esse processo coletivo de ganho de autonomia falta as mulheres do Acampamento Ilha Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas demonstram que as mulheres sofrem um processo de (des)empoderamento, com a presença de elementos inibidores das dimensões: pessoal, coletiva e das relações interpessoais. Na dimensão pessoal, a responsabilidade

⁴ Em dois mandatos de prefeitos da cidade, possivelmente.

pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos, aliada a falta de controle sobre o seu tempo pessoal, a opressão internalizada e o machismo são fatores que inibem o empoderamento das mulheres. Na dimensão das relações interpessoais, a falta de apoio do companheiro e de outros membros da família e as expectativas culturais das mulheres são os principais fatores inibidores do empoderamento. Na dimensão coletiva, a falta de apoio das autoridades e a ausência de reconhecimento legal são fatores que inibem o empoderamento coletivo. Por outro lado, não se identificou nenhum fator impulsionador do empoderamento nas dimensões citadas anteriormente. Empoderar-se significa possuir alternativas, e as mulheres do Acampamento Ilha Verde demonstraram não possuir nenhuma para empoderar-se.

A partir das teorias que versam sobre gênero e empoderamento, se percebeu, através das narrativas, as desigualdades nas relações de gênero estão sendo mantidas, fortalecidas e reproduzidas. Acredita-se que o apoio do poder público, seja via Programa Bolsa Família ou a partir de outras iniciativas, deve evitar reproduzir as práticas ligadas aos valores patriarcais existentes, mantendo as mulheres em lugares 'destinados' as elas.

A política pública de Assistência Social, ao priorizar as carências de recursos materiais para ampliar a inclusão social das famílias, pode não ser uma estratégia eficaz para empoderar as mulheres. Para superar a pobreza é preciso abordar as questões subjetivas e às vezes intangíveis, como a desigualdade de gênero, e trabalhar aspectos como a autoestima, a autonomia e a participação feminina. Pondera-se que a iniciativa do poder público não é o único elemento que poderá empoderar as mulheres e reduzir a pobreza. Sabe-se que o empoderamento é multidimensional e é preciso considerar um conjunto de fatores relacionados ao contexto e ao espaço onde se encontram as mulheres do Acampamento Ilha Verde, bem como de outras realidades semelhantes. Para atender as necessidades das mulheres e contribuir para maior acesso aos direitos e expansão de sua cidadania, faz-se necessário partir de uma compreensão da diversidade brasileira e das desigualdades regionais, criando políticas e serviços que atendam às demandas de grupos específicos. Nesse contexto, o estudo buscou atender a carência de pesquisas sobre mulheres que residem em comunidades rurais e poderá contribuir para o debate de planejamento de ações, com formas diversas de sugerir intervenções e acompanhamentos para comunidades que vivem em situações similares as do Acampamento Ilha Verde.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. N. **Ação complementar do Programa Bolsa Família em Congonhas-MG: correlação de Políticas Públicas e Gênero**. Monografia (Especialização em Gestão em Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça). Conselheiro Lafaiete: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BARROS, L. C. D. Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu – Niterói. 2012. 215f. **Dissertação (Mestrado em Política Social)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CECCHIN, H. F. G.; PARENTE, T. G. Diversas vozes, muitos dilemas: discutindo o Programa Bolsa Família a partir das questões de gênero e empoderamento. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 43, p. 322–352, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.43.322-352. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5923>. Acesso em: 6 out. 2021.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e Assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**; v. 26, n.3, p. 562-571, 2014.

FREITAS, A. M. L. Políticas Públicas, gênero e autonomia econômica das mulheres: uma análise de Programas do governo brasileiro no período de 2000 a 2007. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2011.

HORTA, J. L. G.; CARRILLO, M. R. A.; ZAPATA- MARTELO, E. ¿Empoderan las microfinanzas? Un estudio de caso em Mexico. In: PARENTE, T. G.; MIRANDA, C. M. (orgs.). **Arquiteturas de gênero: questões e debates**. Palmas: UFT/EDUFT, 2015.

JESUS, M. S. J.; SACRAMENTO, E. M. P. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista Café com Sociologia**, v.3, n.3, set-dez, 2014. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/download/355/pdf> Acessado em 3 mai. 2021.

MOCELIN, C. E. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João do Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS. **Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Política e Trabalho**, n. 38, p. 43-67, abr., 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14360>>. Acessado em 20 fev. 2015.

NADÚ, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M. C. Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família: breves reflexões. **Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte**, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20G%C3%80NERO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%80LIA%20EM%20CONTAGEM%20BREVES%20REFLEX%C3%95ES.pdf>>. Acessado em 4 jul. 2014.

NOGUEIRA, P. R. Expulsos duas vezes: atingidos por usina podem ser despejados em 15 dias no Tocantins. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 22 de fev. 2019. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/22/expulsos-duas-vezes-atingidos-por-usina-podem-ser-despejados-em-15-dias-no-tocantins>>. Acesso em: 6 out. 2021.

PARENTE, T. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez., 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/15015/11209>>. Acesso em 20 fev. 2021.

PARENTE, T. Mulheres em movimento: relações de gênero e identidade em uma comunidade rural no Extremo Norte do Tocantins – Brasil. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 12, n. 2, ago. - dez., 2019. <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v12i2.951>

PORTELLI, A. **A Filosofia e os Fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

RIOS, D. F. F. O Programa Bolsa Família em um contexto de cidades rurais: o caso de Bambuí – MG. 2011. 223f. **Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)** – UFV, Viçosa.

ROCHA; M. R. T. A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio - TO: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 2011. 252f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **FLACSO-Brasil**, junho, 2009. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf> Acessado em 12 mar. 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, nº 2, p. 71-99, jul-dez, 1990.

SILVA, A. P. B. Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado-MG. 2012. 80f. **Dissertação (Mestrado em Política Social)** – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

SOUSA, R. M. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da Questão Social. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386698355_ARQUIVO_RobertaMenezesSousa.pdf>. Acessado em 5 jul. 2021.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ZAPATA-MARTELO, E.; ZAVALA, J. L.; HERNÁNDEZ, M.; BUENO, L. G.; MORENO, P. P. R.; ÁVILA, M. I. R.; EMBA, C. R. **Microfinanciamiento y empoderamiento**. 1ª ed. México: Plaza y Valdés, 2004.

ZAPATA-MARTELO, E.; GARCÍA, V. V.; MANZANARES, P. A.; NASSER, E. P.; ZAVALA, J. L.; HERNÁNDEZ, A. F.; CELERÍE, N. H.; BUENO, L. E. G. **Microfinanciamiento y empoderamiento de mujeres rurales – las cajas de ahorro y crédito en México**. 1ª reimp. México: Plaza y Valdés, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022